

Relato de Experiência

Políticas públicas de lazer e a metodologia da ação comunitária

Edmur Antonio Stoppa³
Nelson Carvalho Marcellino¹
Débora Alice Machado da Silva²

¹ Faculdade de Ciências da Saúde, UNIMEP, Piracicaba, SP, Brasil

² FAM, Americana, SP, Brasil

³ Escola de Artes, Ciências e Humanidades, USP Leste, São Paulo, SP, Brasil

Resumo: O presente artigo relata a experiência de assessoria realizada junto à Secretaria de Esportes e Lazer de Sorocaba, no período de abril a dezembro de 2009, cujo objetivo central foi implementar uma atividade de lazer num dos bairros do município, como projeto-piloto, visando à formação de quadros da prefeitura e ao fortalecimento comunitário, orientados a partir da metodologia da ação comunitária. O relato apresenta as três fases da estratégia (deflagração, período de carência e continuidade), que inclui ainda uma fase de sensibilização e a capacitação de animadores socioculturais profissionais e voluntários. Os resultados alcançados apontam alguns limites e possibilidades, destacando a importância da parceria do poder público com a comunidade, no sentido de promover uma política de manutenção e uso dos espaços, mas principalmente uma política de animação sociocultural capaz de ampliar os vínculos comunitários e proporcionar experiências diversificadas de lazer à população da região.

Palavras-chave: Políticas públicas. Atividades de lazer. Ação comunitária.

Public policies for leisure and the community action's methodology

Abstract: This article reports the advisory service offered to the Municipal Office of Sports and Leisure of Sorocaba, from April to December 2009. Its main purpose was to implement leisure activities in one of the town's district. Guided by the Community Action's methodology, this pilot project's aim was to qualify the city hall's staff and to strengthen the community. This report features the three strategy stages (break out, grace period, and continuity) including a penetration phase and the qualification of professional and volunteer socio-cultural entertainers. Results show some limits and possibilities, pointing out the importance of a partnership between public power and community, so as to promote a policy for the maintenance and use of spaces, and a socio-cultural entertainment policy capable of widening the community bonds and provide diversified leisure experiences to locals.

Key Words: Public policies. Leisure activities. Community action.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo relatar a experiência desenvolvida junto à Secretaria de Esportes e Lazer (SEL) da Prefeitura de Sorocaba, durante o processo de assessoria, a partir da metodologia da ação comunitária, realizado pelos autores acima, no período de abril a dezembro de 2009. As referências de fundamentação da ação, à exceção de [Requiza](#) (1973), são de autoria dos assessores envolvidos no processo, e estão de acordo com os pressupostos e valores da administração da Prefeitura, no governo, na época.

Embora as tratativas visando a um trabalho de assessoria científica remunerada, de membros do GPL - Grupo de Pesquisas em Lazer (UNIMEP/CNPq), já viessem ocorrendo há algum tempo, com os contatos realizados entre o então secretário de Esportes do município e a equipe assessora, a primeira reunião "formal" para discutir mais de perto a questão ocorreu em um

encontro realizado no mês de abril de 2009, em Sorocaba, com a presença da equipe, do secretário de Esportes e de mais alguns técnicos da secretaria com cargos de chefia.

A opção pela metodologia da ação comunitária deu-se pelo fato de que tal ação pode ser considerada uma alternativa operacional dentro de políticas de ação social e, de forma privilegiada, na área do lazer, quando a instituição promotora não quer ver sua ação confundida ou reduzida à chamada "indústria cultural".

Enquanto características próprias, a ação comunitária, em suas três fases (deflagração, período de carência e continuidade), leva em conta a necessidade do conhecimento da situação no local onde será realizada a ação, procurando apreender a realidade, os interesses e aspirações da comunidade, garantindo sua participação efetiva no planejamento, organização e avaliação das ações, além de buscar a integração com órgãos e instituições locais para obtenção de apoio político

ou de recursos para a manutenção e/ou ampliação da ação (MARCELLINO, 2008).

Assim, a ação comunitária é entendida, operacionalmente, como

um trabalho sócio-educativo que consiste numa intervenção deliberada em determinada comunidade, através de atividades programadas em conjunto com pessoas e instituições locais, objetivando despertar e ampliar sua consciência para os problemas da comunidade, sensibilizá-las para a mobilização e coordenação de lideranças e predispor-las para a ação que vise o encaminhamento de soluções daqueles problemas, ou a tentativa de realização de aspirações relacionadas com a comunidade como um todo (REQUIXA, 1973).

Por questões internas da secretaria, somente voltamos a nos reunir em agosto do mesmo ano, no dia 21, com o prefeito de Sorocaba, o novo secretário e os mesmos técnicos com cargo de chefia participantes da primeira reunião, quando então apresentamos a proposta de trabalho e fizemos os devidos esclarecimentos às dúvidas geradas a partir da apresentação.

A proposta inicial apresentada pela SEL foi a de realização de uma ação em um centro esportivo ou área de lazer de Sorocaba que estivesse sendo pouco utilizada pela população e poder público, apesar de seu potencial estrutural de uso.

Levando em consideração as características de nosso grupo de trabalho e, principalmente, a análise de situação demonstrada pela Secretaria em relação aos espaços de esporte e lazer da cidade e o número de técnicos e estagiários, da SEL, disponíveis para implantação do processo, foi proposta uma ação dividida em módulos interligados, que, à medida que fossem sendo executados poderiam, ou não, ter continuidade, enquanto processo, sem perder os resultados obtidos em cada módulo.

Com a proposta aceita, foram elaborados os princípios gerais da ação, com três objetivos: 1) capacitação de quadros, visando à elaboração de projetos de intervenção socioeducativa, tendo como base a vivência concreta do processo de planejamento, execução e avaliação de atividades de lazer, a partir da abordagem da ação comunitária; 2) implantação de proposta nesse sentido, por meio de projeto-piloto, englobando realização de “atividade-impacto” e elaboração de “programa de continuidade”; 3) formação de agentes multiplicadores: os quadros participantes do processo, a partir da fase de capacitação e da implantação do projeto-piloto, poderiam passar a funcionar como agentes multiplicadores junto a seus grupos de origem.

Em relação ao terceiro objetivo, previu-se a divisão dos técnicos (em número de dez) e estagiários (em número de trinta) em dez novas equipes, com a participação de um técnico e três estagiários em cada uma, capacitados para desenvolverem dez novas ações na cidade de Sorocaba, ampliando-se os trabalhos, sucessivamente, ao final de cada ação.

Para a consecução dos objetivos apresentados acima, o processo foi dividido em módulos, articulados entre si, mas com vida própria, sendo eles: Sensibilização; Curso/Treinamento; Projeto-piloto; Período de Carência; Elaboração do plano de continuidade.

Deflagrando a ação em Sorocaba

O Módulo de Sensibilização foi discutido em reunião realizada no prédio da Prefeitura de Sorocaba, onde se apresentou o trabalho e foram prestados esclarecimentos quanto à metodologia a ser utilizada.

Conforme o previsto, esse módulo ocorreu das 9 às 12 horas e alcançou plenamente seus objetivos. A estratégia utilizada foi a da exposição participativa. A turma de aproximadamente vinte e cinco pessoas era composta de professores de Educação Física ligados à SEL, estagiários contratados de diferentes instituições de ensino superior de Sorocaba e uma técnica de outra Secretaria. A supervisão ficou a cargo da chefia da Secretaria de Esportes, que acompanhou a reunião na íntegra.

Como dinâmica foram utilizadas a apresentação pessoal, como quebra-gelo, leitura participativa do texto “Ação comunitária – estrutura e canais de participação” (MARCELLINO, 2008), a projeção e explicação de slides sobre as fases componentes do processo de ação comunitária, a projeção e explicação de slides com atividades dessa proposta e a abertura da “fala” para discussão de dúvidas e colocação de sugestões.

Apesar de a participação dos técnicos e estagiários não ter caráter obrigatório, no início, alguns dos participantes mostraram-se um pouco incrédulos em relação à metodologia que seria utilizada na ação. Durante a fase de sensibilização destacaram-se muitas perguntas voltadas para a operacionalização da proposta. Com o tempo as resistências foram sendo quebradas, embora tais questões tenham se mantido em menor proporção até próximo da realização da atividade-impacto, conforme veremos mais adiante.

De acordo com os objetivos gerais do projeto de assessoria, e tendo alcançado os resultados

esperados na fase de sensibilização, apresentou-se a proposta para o Módulo Curso/Treinamento, cujos objetivos foram: a) a capacitação de quadros profissionais na perspectiva da animação sociocultural, tendo em vista a formação de multiplicadores, objetivando a formação de equipes para o desenvolvimento do projeto-piloto; b) entendimento aprofundado das ações da Secretaria e suas possíveis interfaces com as demais secretarias correlatas.

Para tanto, foi realizado um curso/treinamento de capacitação com duração de 24 horas e composto de três eixos: Teoria do Lazer, Trabalho de Grupo e Ação Comunitária. Utilizaram-se técnicas de dinâmica de grupo adaptadas e os conteúdos foram desenvolvidos em dois tempos: vivência e explicação aos técnicos dos “porquês” de cada etapa; para tanto se utilizou da apostila “Capacitação de animadores socioculturais” (MARCELLINO, 2002a).

Essa fase da deflagração ocorreu em uma sala da Secretaria de Planejamento, de Sorocaba, especialmente cedida para a SEL, ficando inteiramente à disposição do curso durante o período de realização, o que facilitou sobremaneira o andamento dos trabalhos.

A avaliação foi realizada mediante o preenchimento de um formulário ao final do material instrucional. Cada um dos três eixos do curso foi avaliado quanto ao conteúdo e a forma, obedecendo à seguinte escala: *péssimo* – não contribuiu em nada; *ruim* – contribuiu muito pouco; *regular* – alterou-se de alguma forma; bom – alterou-se mais fortemente; *ótimo* – alterou-se de forma significativa.

Com o resultado obtido no módulo precisou ser pensada uma alternativa técnico-operacional, a ser efetivada na sequência do curso/treinamento dos técnicos e estagiários, em outubro, para que o processo a ser deflagrado não sofresse solução de continuidade.

A SEL decidiu implantar um projeto-piloto, contando com a participação de outros estagiários em processo de contratação que não puderam participar do módulo I, além dos técnicos participantes desse mesmo módulo, interessados em participar do módulo II – projeto-piloto. Isto não comprometeria a execução do projeto piloto, uma vez que ele também contempla um curso/treinamento, do qual esses técnicos e estagiários participariam.

O projeto-piloto

Esta etapa do processo de assessoria foi desenvolvida em dois meses, incluindo planejamento, execução e avaliação de

“atividade-impacto”, bem como capacitação de monitoria específica.

O conteúdo foi composto por: a) curso/treinamento reunindo técnicos interessados, participantes do módulo I e lideranças comunitárias do local, nos mesmos moldes do módulo I, num total de vinte horas. Este número foi perfeitamente adequado, porque aqui não era exigida uma discussão mais aprofundada dos fundamentos da ação institucional (política de governo), exigida na etapa anterior; b) reunião com a comunidade e o grupo de técnicos participantes do item “a”, para apresentação e discussão da proposta e montagem das comissões; c) uma reunião semanal para o funcionamento das três comissões, durante quatro semanas, num total de doze reuniões; d) duas reuniões de preparação da monitoria; e) uma reunião para a montagem da “atividade-impacto” (cada uma das reuniões teve duração de três horas); f) realização da “atividade-impacto”, com duração de quatro horas; g) reuniões de avaliação, de cada uma das comissões e da monitoria, num total de quatro, com duração de duas horas cada uma; e h) reunião de apresentação dos resultados, com três horas de duração.

Nessa fase, o papel da assessoria foi junto aos técnicos da SEL que já haviam participado da capacitação, no sentido de efetivamente assessorar o desenvolvimento das ações do projeto-piloto, cujo processo de capacitação teria continuidade.

Os locais inicialmente escolhidos para o desenvolvimento do projeto-piloto foram o Jardim Guaíba, o Parque Central e o Parque São Bento. A definição pelo Parque São Bento deu-se pelos seguintes motivos: 1) o bairro contava com um equipamento de lazer, com amplos espaços abertos e uma quadra de esportes, recentemente inaugurada, porém em estado de “subutilização”, uma vez que não ocorria no local uma ação específica de animação sociocultural; 2) o bairro contava com um grupo organizado de moradores e a perspectiva de implantação do projeto visava contribuir, aos poucos, para que a comunidade local, por intermédio da Associação dos Moradores do Parque São Bento, autogerisse o equipamento, com a supervisão da SEL; 3) outra ideia era trazer a população para otimizar o uso da área de lazer do bairro, diversificando as opções de vivências a partir das necessidades e desejos da comunidade e iniciando o processo de autogestão citado acima.

Como o número de técnicos e estagiários era grande – principalmente se considerado que,

nesse módulo, ocorreria o curso/treinamento, cujo limite máximo desejável de participação era de vinte e cinco pessoas, a alternativa encontrada para viabilizar a opção de trabalho escolhida e a montagem da equipe foi sua não participação nesse curso, garantindo-lhes, porém, a participação efetiva em todas as outras fases do processo, conforme previsto na metodologia da Ação Comunitária, sem comprometimento do resultado final.

Tendo em vista a necessidade de implantação do projeto até a primeira semana de dezembro, escolhemos o dia 25 de setembro como data mais adequada para a primeira reunião com a comunidade local, a fim de sensibilizar as pessoas para o desenvolvimento das ações. O encontro ocorreu no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Parque São Bento, das 14 às 16 horas. Os contatos e convites para participação, entre os membros das comunidades, foram feitos pelos profissionais da SEL.

As atividades do curso/treinamento foram desenvolvidas nas dependências do CRAS do Parque São Bento, em dois finais de semanas sequenciais, nos períodos da manhã e da tarde, totalizando vinte horas/aula.

Além da participação de alguns membros da SEL, de assessores e de estagiários, oito pessoas da comunidade participaram em momentos esporádicos, a grande maioria vinculada à Associação dos Moradores do Parque São Bento I e II e ao CRAS, incluindo a assistente social. O grupo se envolveu muito intensamente desde o início do processo.

Para nós, o envolvimento e a participação da assistente social do bairro foram fundamentais para o sucesso do recrutamento, consubstanciados na reunião com a comunidade, já referida, e também para o curso/treinamento. Para isso concorreu, sem dúvida, a dedicação dos profissionais, mas também um conhecimento da situação do seu local de trabalho, imprescindível para que projetos dessa natureza possam ser viabilizados.

Finalizada a primeira etapa do projeto-piloto, demos início às etapas subsequentes. É importante ressaltar que o objetivo do desenvolvimento do projetos-piloto, de forma geral, era dar continuidade à capacitação dos técnicos da SEL, das lideranças da comunidade-alvo participantes do curso/treinamento ou de pessoas interessadas nos projetos a partir das reuniões ampliadas com a comunidade.

Essa reunião ocorreu logo após a realização do curso/treinamento, e nela foram formadas, para atuação no projeto, as Comissões de Coordenação, Material e Divulgação, todas compostas pelo pessoal da SEL, pela equipe de assessoria e por membros da comunidade. Dessa reunião participaram trinta e quatro pessoas, entre técnicos, estagiários e membros da comunidade. O número de participantes da comunidade no curso/treinamento subiu de oito para quatorze pessoas. A descrição das três Comissões e a sua forma de constituição estão descritas em [Marcellino](#) (2002a).

Após a reunião ampliada que deu origem às comissões, estas se reuniram por quatro semanas, no CRAS do Parque São Bento, para a elaboração dos projetos de intervenção e sua execução.

Todas as fases do processo foram acompanhadas pela comunidade, por intermédio de representantes, elaboração e entrega de ofícios, visita à imprensa, convite a autoridades, etc.

É importante destacar que o projeto, apresentado a seguir de forma resumida, foi elaborado em conjunto com os membros da comunidade. É, portanto, um trabalho coletivo, planejado, executado e avaliado em conjunto com a comunidade-alvo, procurando, ao mesmo tempo, dar continuidade à formação de quadros da SEL, assim como das lideranças da comunidade.

Assim, o projeto “PARQUE SÃO BENTO EM AÇÃO NO LAZER E NA PAZ” foi uma promoção da Associação dos Moradores do Parque São Bento, em parceria com a comunidade do Parque São Bento, com a Prefeitura Municipal de Sorocaba, por meio da Secretaria de Esporte e Lazer, do Centro de Referência da Assistência Social Parque São Bento e da Secretaria de Cidadania.

Nesse sentido, o referido projeto foi desenvolvido pelos moradores e técnicos da prefeitura, divididos em comissões, após a realização de reuniões periódicas visando à execução de uma festa enquanto estratégia para atingir e capacitar o maior número possível de pessoas interessadas em atuar como “agentes multiplicadores” da ação, a partir da vivência das experiências do processo. A referida festa foi celebrada no dia 8 de novembro de 2009, das 9 às 13 horas, na área de lazer do bairro, com a ocorrência de diferentes atividades, contemplando os conteúdos físico-esportivos, sociais, artísticos, manuais e intelectuais do lazer. Alguns deles podem ser verificados na tabela 1.

O período de carência

Finalizada a deflagração, com a realização da atividade-impacto, o processo entrou no período de carência, momento para reflexão e avaliação dos resultados da ação.

Assim, a avaliação com a monitoria foi realizada no CRAS, no dia 28 de novembro de 2009, com a participação de nove monitores. Seguindo-se os pontos estabelecidos no projeto da atividade – que previam a análise: a) da orientação recebida antes da realização do evento; b) da orientação recebida durante a realização do evento; e c) de observações sobre o evento em geral, fizeram-se as seguintes considerações:

- a) as informações dadas sobre cada atividade e sobre o papel do monitor foram consideradas boas, pois deram uma noção eficiente sobre a atividade que cada um desempenharia no local. Além disso, os monitores apontaram que as informações foram importantes para as atividades do cotidiano;
- b) destacou-se que a monitoria volante teve uma assistência adequada quando solicitada, embora duas pessoas tenham apontado que não viram e nem receberam as barras de cereais distribuídas pela comissão. Uma possível justificativa para essa situação talvez seja o fato de os monitores, predominantemente jovens, terem ficado misturados ao público. Para corrigir tal situação sugeriu-se: uso de camiseta do evento ou de coletes em substituição ao crachá e uso de outro tipo de crachá que dê maior destaque à participação da monitoria. Em resposta a essas sugestões justificou-se o porquê da utilização do crachá: o uso da camiseta, em outro evento, trouxe problemas de organização;
- c) comentaram-se as seguintes questões: a atividade “Pipa” ficou prejudicada pelo vento; a bancada utilizada para a realização da atividade era pequena e foi sugerida a compra de tubos de cola menores para facilitar a realização da atividade; ocorreram pequenos problemas na ginástica: as crianças maiores e os jovens cortaram a fila, prejudicando a participação das crianças menores, situação resolvida com a organização de duas filas; o *playground* estava em estado precário: vários brinquedos estavam quebrados, embora tivessem sido consertados na semana anterior.

Por fim, para a fase de continuidade foram sugeridas e discutidas atividades como futebol de sabão, dança e a realização de uma oficina do

CRAS por semana na praça. Também foi apontada a necessidade de manutenção e instalação de melhorias na praça, como o conserto do *playground* e do campo de bocha e a colocação de bancos, mesas e quiosques para que o espaço possa caracterizar-se como um local de convívio e não de passagem.

Finalizando, todos foram convidados para as reuniões gerais de avaliação, onde poderiam colocar melhor suas aspirações e já começar a discutir mais a fundo as possibilidades de continuidade.

No mesmo dia da reunião de avaliação com a monitoria, ocorrida às 14h30 no CRAS, os participantes do processo de ação comunitária realizado no Parque São Bento se reuniram. A reunião iniciou-se com uma plenária, momento em que se comunicou a todos a pauta a ser tratada e que dizia respeito à avaliação do processo de preparação da atividade “PARQUE SÃO BENTO EM AÇÃO NO LAZER E NA PAZ”. Em seguida, sugeriu-se que os presentes se dividissem em comissões para a realização das avaliações pertinentes e, depois disso, retornassem para uma plenária final, para tratar dos principais pontos avaliados por cada comissão.

Em relação à Comissão de Coordenação, avaliou-se que todas as atribuições foram cumpridas e, em todos os passos, houve a presença de um membro da Prefeitura e da comunidade. A Comissão de Coordenação cumpriu suas tarefas relativas à documentação, aos contatos e ao envio da correspondência. Algumas atividades não aconteceram: o hip-hop, pois os membros do grupo desistiram de participar, a caminhada orientada e as brincadeiras de rua, por não despertarem motivação e interesse no momento da realização do evento, pois eram oferecidas outras opções para a participação dos frequentadores.

No que diz respeito à relação com a comunidade, embora tenham sido feitos os contatos com as lideranças locais, estas repassaram a contribuição para a comunidade em geral; isto, porém, não foi o ideal para maior participação comunitária.

A Associação de Moradores do Parque São Bento I e II e o CRAS do Parque São Bento aderiram com ótimo nível de participação desde o início do processo até a realização do evento.

Esses grupos foram reforçados com o apoio do Grupo do Meio Ambiente da comunidade e de uma academia local de ginástica e dança.

Quando as instituições do bairro foram visitadas por representantes da Comissão de Coordenação, as lideranças demonstraram ter conhecimento do evento, mostraram-se simpáticas e receptivas em relação à participação e acolheram bem os membros da comissão; mas não aderiram efetivamente ao processo, não havendo o necessário comprometimento.

Outras observações foram realizadas em relação ao antes, durante e depois do evento: no início houve um grande envolvimento das comissões no planejamento, mas não se levou esse mesmo nível de expectativas para o evento; durante o evento, com a pesquisa realizada, foi possível perceber que a comunidade considera o espaço um equipamento de lazer; seus utilizadores manifestaram a necessidade de alguns recursos, como bancos, mais árvores e reparos para manter o espaço adequado à sua finalidade. Como se esperava, o espaço não é visto como uma passagem urbanizada para bicicletas ou motos, mas como um centro de lazer e convivência.

Notou-se, também, que não houve grande participação dos moradores do Parque São Bento II, pois, com certo bairrismo, seus moradores consideram o espaço utilizado para esse evento da comunidade como um espaço de lazer do Parque São Bento I. Os moradores do Parque São Bento II reivindicam um equipamento próprio de lazer. Essa divisão socioespacial do bairro compromete ações importantes, que têm o caráter de unir toda a comunidade.

É importante registrar que a prefeitura realizou a limpeza do local para a realização do evento, disponibilizando os “contêineres” para recolher o lixo. Todos os serviços solicitados, como segurança, socorro médico, disponibilidade de tanques de água para hidratação dos frequentadores, foram atendidos.

A Comissão de Materiais destacou que teve muita dificuldade no início, em virtude da extensa programação de atividades relacionadas, e estas exigiam muitos materiais que necessitavam de compras ou doações/parcerias (que deveriam ser fomentadas e adquiridas pela própria comunidade); a divulgação ocorreu tardiamente em consequência, também, das constantes

alterações nas atividades e atrações programadas para o evento, prejudicando principalmente a divulgação informal do “boca-a-boca”.

Quanto ao rol de tarefas desta comissão, outra situação bastante difícil foi a falta de integrantes da comunidade na interlocução da arrecadação de materiais junto à comunidade e Prefeitura, dentro da própria comissão e compromissados. Uma possível explicação para essa situação foi o fato de que as poucas pessoas da comunidade que estavam na Comissão de Materiais também estavam organizando outro evento no próprio bairro, levando-as a se ausentarem de algumas reuniões de preparação, chegando a não haver ninguém do bairro na segunda reunião.

No entanto, ressaltou-se também a imediata disposição e contribuição do grupo de monitores do próprio bairro, que muito contribuiu com a comissão.

Já a Comissão de Divulgação destacou as dificuldades encontradas para a elaboração dos materiais, uma vez que tal tarefa tinha ficado a cargo de alguns membros da comissão que não a realizaram e não mais apareceram para as reuniões.

Esta comissão fez uma ampla divulgação nas escolas do bairro, nos períodos da manhã e da tarde, porém faltou material para o período noturno. Apesar da ampla divulgação, muitos moradores da comunidade só ficaram sabendo do evento por parentes, amigos e vizinhos – o famoso “boca-a-boca”.

Destacou-se o material de pesquisa das atividades, histórico preparado com antecedência e com grande qualidade, uma vez que tal tarefa atingia o gênero do conhecimento relacionado ao lazer. No entanto, as informações deram pouca visibilidade às atividades, pois o local onde esse material foi afixado não foi pensado adequadamente para cumprir com a função desejada. Sugeriu-se que esse material seja planejado com antecedência, destacando-se as informações a serem passadas acerca das atividades.

Em relação às observações realizadas antes e durante o evento, destacou-se que, apesar da boa divulgação, o público demorou a chegar à atividade em virtude da igreja: várias pessoas atribuíram o fato ao compromisso com a missa dominical.

Assim, a análise dos resultados, obtidos pela observação do formulário aplicado no dia do evento e pelas reuniões de avaliação, permite algumas afirmações.

1. Os objetivos foram amplamente atingidos nos aspectos (a) do conteúdo, (b) da chamada de atenção para o local, (c) do início de um processo de extensão de atividades daquele local para outros, (d) da reunião dos moradores do Parque São Bento, (e) do início de um processo de “desprivatização” do espaço público, uma vez que o local vinha sendo utilizado por moradores, com garagens, estacionamentos e varais particulares, por exemplo, o que diminuiu significativamente.

2. A programação foi desenvolvida conforme previsto no projeto, com pequenas alterações, uma vez que não foram efetivadas as seguintes apresentações: oficina de hip-hop, pela ausência dos participantes; handebol para cadeirantes, pela ausência de transporte para eles; apresentação de bandas, por ausência destas; oficina de

educação no trânsito, por problemas com a Urbes; brincadeiras de rua, por falta de motivação entre os participantes; bocha, pois o local não permitiu a realização da atividade; caminhada orientada, por falta de interesse dos participantes; dança de salão e dança do ventre, pela ausência dos instrutores da atividade; concurso de culinária, por falta de inscrição e pela situação econômica do bairro, uma vez que as pessoas recebiam cestas no CRAS para suas necessidades diárias; a apresentação de capoeira foi substituída por uma apresentação de caratê.

Outros dados interessantes podem ser destacados, como a indicação pelo entrevistado da atividade que “mais gostou” e que “menos gostou”, situação que vem carregada de influências, como local de aplicação e horário, entre outras.

A seguir as principais atividades citadas nas categorias “mais gostou” e “menos gostou”.

Tabela 1. Atividades que “mais gostou” e que “menos gostou”.

Atividade que mais gostou (por frequência)		Atividade que menos gostou (por frequência)	
Palco	17	Não respondeu	28
Futebol	13	Gostou de todas	65
Brincando com a ginástica	28	Jiu-jítsu	08
Gostou de todas	26	Brincando com a ginástica	05
Basquete de trios	12	Vôlei de areia	04

Fonte: [Stoppa](#) et al., 2009

Duas observações, pelo menos, podem ser tiradas dos dados apresentados:

a) para o entrevistado é mais fácil indicar o que mais gostou do que o que menos gostou, conforme indicam os itens “Não respondeu” e “Gostou de todas”;

b) algumas atividades (em número relativamente significativo) aparecem nos dois momentos, o que demonstra a necessidade de se investir na diversidade da programação das atividades, sempre em conjunto com as comunidades locais.

Em relação à opinião geral sobre a atividade, os dados apontaram as seguintes questões, segundo a tabela abaixo:

Tabela 2. Opinião geral do público sobre a atividade

Horários	Porcentagem						
	Sem dados	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Bom/ótimo
10h30		0	0	2	50	48	98
11h30	2	0	0	12	48	38	86
12h30		0	0	2	50	48	98

Fonte: [Stoppa](#) et al., 2009

Analizados por período de aplicação, os dados apontam uma oscilação para mais do índice “regular” e para menos dos índices “bom” e “ótimo”, para voltar aos percentuais do primeiro horário de avaliação ao final da atividade. Vale destacar o alto percentual de ótimo/bom, atingido desde o primeiro horário de aplicação.

Os dados apontam uma diferença em relação a outros locais, onde a tendência verificada em

eventos semelhantes é diferente do realizado no Parque São Bento: geralmente ocorre o decréscimo de “regular” e “bom”, e o aumento dos índices de “ótimo”, com o passar do horário da atividade.

A explicação possível para a ocorrência disso em outros eventos é que há um período para a atividade “esquentar”, para complementar a montagem, para o funcionamento devido do som,

para a monitoria se sentir mais à vontade e os participantes quebrarem o gelo.

Na atividade do Parque São Bento ocorreu uma situação diferente, com um decréscimo dos índices no horário intermediário da atividade, retomando os índices iniciais no horário final da atividade. Supomos que tal situação tenha sido influenciada por uma das apresentações musicais que acontecia naquele momento e pela apresentação de jiu-jítsu.

3. Quanto ao público esperado, foi atingido o estipulado no projeto que previa o atendimento da população em geral, enfatizando crianças, mulheres, jovens e pessoas com deficiências (PDs). Embora, no levantamento inicial junto à comunidade, a informação recebida diretamente era de que a praça tinha uma frequência abrangente em termos de faixa etária e de sexo, os índices revelados pela aplicação do formulário dão conta de um público extremamente jovem (55,3%), mais da metade composto por pessoas até 20 anos.

Destaca-se a supremacia da participação de crianças e jovens, não só pelos dados colhidos pelo instrumento aplicado, mas também pela observação informal ocorrida no evento.

Um dos fatores que podem ter contribuído para esta situação tem a ver com a forma de divulgação mais indicada, a saber, “amigos e parentes”; além disso, como o corpo de coordenadores e voluntários da atividade também era marcadamente jovem, a influência pode ter-se verificado.

Outro aspecto que chama a atenção é a supremacia da participação feminina sobre a masculina. Esse dado deve ser saudado, pois os estudos na área demonstram a discriminação das mulheres, comparativamente aos homens, nas atividades de lazer. Ao mesmo tempo, isso talvez se justifique pelo fato de o público prioritário ter sido de crianças e jovens, que, em geral, estavam acompanhados por suas mães, que não necessariamente se envolviam em alguma atividade.

Deve-se lembrar que a festa foi realizada em um domingo de horário de verão, e o acréscimo da participação feminina, através do horário, também pode estar ligado ao término das “obrigações doméstico/familiares”, que inibem sobremaneira a participação da mulher em atividades de lazer.

Segundo informações levantadas junto à comunidade durante o levantamento inicial, o bairro não possibilitava opções de lazer para pessoas portadoras de deficiência, situação que se tentou minimizar com a realização de atividades para este público. Houve participação de cinco PDs, embora apenas um deles tenha sido entrevistado na pesquisa de avaliação.

4. Quanto às metas: foi atingido o estipulado no projeto, na faixa entre o mínimo e o máximo, que foi de mil e dois mil, respectivamente.

5. Quanto aos recursos: a grande maioria foi obtida junto à comunidade. Cabe um destaque especial para os recursos humanos envolvidos na realização do evento, a seguir detalhados:

Tabela 3. Número total de Recursos Humanos participantes na atividade.

Recursos Humanos	
Participantes da comunidade	15
Apresentações variadas	20
Monitores voluntários	25
Total de voluntários	60
Técnicos da prefeitura	10
Estagiários	10
Pessoal de apoio	03
Equipe de assessoria	03
Total geral	86

Fonte: [Stoppa](#) et al., 2009

6. Quanto à avaliação, foi realizada de acordo com o previsto, com a utilização de dois instrumentos: reuniões, com roteiros pré-estabelecidos, já apresentados; e formulários, aplicados entre os participantes da atividade no dia de sua realização. Foram aplicados 150 formulários, o que corresponde, aproximadamente, a 7,5% dos participantes.

A amostra foi estabelecida de forma não-probabilística, por critérios de acessibilidade e ao acaso. Para permitir uma maior abrangência dos entrevistados, tanto em termos de tempo, quanto em termos de espaço, foram aplicados em cinco locais diferentes da atividade e em três horários.

7. Quanto a outras ações da Prefeitura Municipal de Sorocaba, observações interessantes podem ser tiradas analisando-se os dados abaixo, que procuravam saber se os participantes já tinham participado de outras atividades de lazer promovidas pela Prefeitura e, em caso afirmativo, que atividades eram essas.

Destacam-se as respostas “Não respondeu”, “Não lembra” e “Sem indicação”. Em quase 39% das respostas não há indicação das atividades realizadas pela Prefeitura. Esses dados apontam as dificuldades da população em lembrar-se de alguma atividade realizada pela prefeitura no Parque São Bento e imediações. A atividade com

maior número de indicações teve apenas 12,3% de indicações.

Chama a atenção a indicação de atividades cuja promoção não se sabe se pode ser atribuída à Prefeitura, como é o caso das festas em geral, das festas juninas e das festas comunitárias. Aqui, se não houver esta participação, estas atividades devem ser incentivadas, já que podem ser caracterizadas como manifestações espontâneas.

Uma observação importante, em se tratando de uma SEL, e que é válida até mesmo para os profissionais que optaram por trabalhar exclusivamente com o esporte, é que as competições esportivas e até mesmo os treinamentos são considerados pela população – a nosso ver adequadamente – como atividades de lazer, o que demandaria uma nova postura dos profissionais que trabalham somente em centros esportivos, inclusive com uma única modalidade. Os técnicos precisam estar atentos a isso, e trabalhar esses conteúdos não somente no gênero da prática, mas também no da fruição, ou consumo, e no do conhecimento.

8. Quanto às ações da Associação dos Moradores do Parque São Bento, ganha destaque o item “Festa do Dia das Crianças” com uma frequência de cinquenta indicações (1/3 dos entrevistados). Aqui, se não houver participação da Prefeitura, mais uma vez deve-se incentivar o incremento dessas atividades, que podem ser caracterizadas como manifestações espontâneas. Aqui também se destacam as respostas “Não respondeu”, “Não lembra” e “Sem indicação”, que não indicaram as atividades realizadas pela Associação.

Além disso, mais uma vez os dados apontam que a população tem dificuldade para se lembrar se as atividades são realizadas pela Prefeitura ou pela Associação, embora tais dados sejam baixos quando comparados com os dados da questão anterior. É o caso da Caravana Cultural, que aparece nas duas questões, e do CRAS, instituição ligada à Secretaria Municipal de Cidadania da Prefeitura de Sorocaba.

9. Quanto à utilização de outros espaços de lazer além do espaço do bairro, o percentual registrado é de 56%, altamente significativo e que, a nosso ver, demanda uma ação imediata, que transcende os domínios da Secretaria de Esporte, envolvendo todo o Executivo de Sorocaba, numa cooperação entre secretarias. Do total, 44% dos entrevistados não frequentam qualquer outro equipamento, dado bastante significativo, tendo em vista a qualidade de vida da população.

Dos entrevistados que disseram frequentar outros espaços, destaca-se aqui a frequência relacionada ao Parque das Águas, com 21 indicações. Tal fato chama a atenção para o espaço, lembrando que ele possui processos de animação sociocultural, o que pode explicar o alto índice de lembrança e indicação do local enquanto outro espaço de lazer frequentado em Sorocaba.

10. Quanto a sugestões sobre o evento, para outras atividades e para o funcionamento do espaço, as principais frequências pedem a repetição de outros eventos semelhantes ao realizado, solicitam brinquedos, como infláveis, balão pula-pula e futebol de sabão, além de fazerem sugestões sobre a atividade.

Aqui aparecem preconceitos em relação ao entendimento do que seria uma atividade de lazer, uma vez que essas visões entendem que as atividades teriam que ter, necessariamente, brinquedos como os citados acima para se caracterizarem como atividade de lazer, sem levar em consideração as possibilidades e necessidades das comunidades. Ao contrário dessa visão, as ações precisam ser organizadas a partir dos recursos (materiais, humanos e financeiros) efetivamente disponíveis para a comunidade, de modo que as atividades não tenham interferência nem descontinuidade.

Vale ressaltar que nessa experiência a amplitude do lazer estende-se para além dos conteúdos físico-esportivos, incluindo não somente várias modalidades, entre elas as chamadas “radicais”, como também outras manifestações, como cinema, teatro, dança, feira literária, etc.

Considerações finais: o plano de continuidade para Sorocaba e o Parque São Bento

Finalizado o processo de assessoria, foi entregue à SEL, ao CRAS e à comunidade do Parque São Bento a “Proposta de Continuidade do Trabalho de Consultoria em Lazer Comunitário para a Prefeitura Municipal de Sorocaba, utilizando a estratégia Ação Comunitária” (MARCELLINO et al., 2009), bem como todo o material instrucional (SILVA et al., 2009) revisto e produzido durante as diferentes fases do trabalho. O relatório final do processo (STOPPA et al., 2009) foi entregue em papel e em *Compact Disc* (CD), contendo fotos, vídeos, apostilas usadas durante os cursos/treinamentos e textos

complementares relacionados à temática do lazer e da ação comunitária.

Sugeriu-se à cidade a implantação do processo de ação comunitária, de forma gradativa, de acordo com sua capacidade técnico-operacional, se possível em conjunto com outras secretarias municipais e outros órgãos ou instituições.

Pelas próprias características da SEL, a implantação desse trabalho no esporte e no lazer não se pode dar isoladamente, mas em interface com outros projetos ou programas da secretaria.

Para tanto a SEL necessitaria: 1) sem abandonar o trabalho de difusão cultural, que já vem sendo desenvolvido, e muito bem, por ela, ampliá-lo para o de participação e criação culturais; 2) ampliar os conteúdos culturais do lazer, a partir dos que já vêm sendo trabalhados, atendendo à demanda da própria população; 3) otimizar os espaços e equipamentos já existentes, tomando o cuidado de adaptá-los ao convívio da comunidade e sua animação sociocultural, única forma de seus membros terem o sentimento de pertencimento com relação ao espaço/equipamento, preservando-o; 4) que os grupos das comunidades-alvo caminhem em direção ao estágio de autonomia, em busca da autogestão de suas atividades de lazer, com a retaguarda do poder público, que lhe é assegurada como direito constitucional.

A análise do processo recomendou como alternativa para operacionalização dessa proposta geral de trabalho: 1) a formação de cinco equipes para o trabalho com lazer comunitário, cada uma delas formada por um técnico da SEL e dois estagiários, atuando a partir de cinco locais a serem escolhidos, tendo o lazer como tema gerador, em comunidades-alvo de suas regiões; o Parque São Bento funcionará como pólo irradiador da ação; 2) assim, ainda no primeiro semestre do próximo ano, tendo em vista que cada processo tem duração de aproximadamente dois meses e meio, serão atendidas dez comunidades; levando-se em conta que ainda teremos dois anos de atuação da atual administração, poderão ser atendidas quarenta comunidades; 3) para todo o processo poderá ser utilizado o material pedagógico já entregue à Prefeitura, aos técnicos, estagiários e membros da comunidade do São Bento, podendo-se optar por realizar os cursos/treinamentos, ou, para grupos já constituídos, simplesmente a “Sugestão

de encaminhamento do processo de organização de grupos informais de interesse tendo em vista a busca do seu estágio de autonomia” ([MARCELLINO](#), 2002b), também constante do material pedagógico entregue.

Para a comunidade do Parque São Bento, passado o período de carência e após avaliação dos resultados, e tendo em vista a proposta geral apresentada anteriormente, sugeriu-se um período de sedimentação, podendo ser aplicado ao processo o mesmo texto acima sugerido para a SEL, que constou do material pedagógico, fazendo a programação de continuidade dos três primeiros meses. No segundo mês deverá ser feito o planejamento dos três seguintes, e assim sucessivamente, até que a comunidade atinja seu estágio de autonomia.

Os objetivos presentes do projeto de ação da comunidade do São Bento só seriam atingidos após esse período de sedimentação, com o intuito de tornar o espaço/equipamento objeto da ação de local de passagem a um espaço de convivência, por meio da animação sociocultural.

Para essa animação a comunidade do São Bento contava com membros da comunidade treinados por meio do Curso de Capacitação de Animadores Socioculturais e com um grupo de monitores do CRAS e da Ação Jovens, também treinados.

Sugeriu-se que num primeiro momento o processo de sedimentação e continuidade seja coordenado pela Prefeitura Municipal, pelo CRAS, pela Associação de Moradores do Parque São Bento e pelo grupo Ação Jovem do CRAS, cada um com um representante.

Para que o processo de sedimentação e continuidade se viabilize em termos de animação sociocultural, sugeriu-se: 1) a realização de uma oficina em funcionamento no CRAS, a cada final de semana, no local do evento, o que seria uma forma de divulgar ainda mais as atividades do CRAS, buscando aumento de inscrições. Essas oficinas poderiam incluir o uso de material de reciclagem, com o embrião de ONG, que já se encontra em funcionamento no bairro; 2) a realização de aulas abertas de [tai-chi-chuan](#) no local, durante a semana e nos fins de semana; 3) a transferência da caminhada orientada, cotidianamente, para o local do evento; 4) a realização de apresentações artísticas e esportivas da academia local de ginástica e

dança, cotidianamente e em eventos maiores, no local do evento; 5) a montagem de uma mala do livro (com doações de livrarias, dos jornais, etc.) que funcionaria durante a semana no CRAS e, nos finais de semana, à sombra das árvores, no local do evento; 6) a retomada das atividades de oficina de culinária, do CRAS, regularmente na sede do órgão, e concursos de culinária em dias específicos no local do evento; 7) o estreitamento de parcerias com as escolas do bairro, importantes na divulgação do evento realizado no São Bento, para continuar a divulgação de atividades, para participação de mais monitores e para apresentações realizadas na escola, na forma de extensão.

Para que o processo de sedimentação e continuidade se viabilize em termos de equipamentos, sugeriu-se: 1) a colocação de bancos no espaço, podendo-se obter auxílio da iniciativa privada; 2) a colocação de mesinhas de alvenaria no espaço, com tabuleiros desenhados, e alguns banquinhos, também de alvenaria, podendo-se obter auxílio da iniciativa privada; 3) a instalação de contêineres de lixo, permanentemente no local, como no dia da atividade-impacto; 4) efetuar os reparos no *playground*, após um período de animação; 5) fazer uma campanha para o plantio de árvores; 6) fazer uma campanha de coleta de lixo reciclável, instalando os quatro recipientes coloridos para essa finalidade; 7) colocar areia na caixa de bocha e malha; 8) fazer uma atividade de bricolagem, com descrição das possibilidades de realização no plano de continuidade, para confecção de equipamentos de lazer, para ficarem no São Bento.

Referências

MARCELLINO, N. C. **Capacitação de animadores sócio-culturais**. 4. ed. Piracicaba: Unimep-Facef, 2002a. Disponível em: <<http://www.unimep.br/gpl>>. Acesso em 26/08/2010.

MARCELLINO, N. C. **Organização de grupos de interesse**. 2. ed., Unimep-Facef, 2002b. Disponível em: <<http://www.unimep.br/gpl>>. Acesso em 26/08/2010.

MARCELLINO, N. C. Pressupostos da ação comunitária: estruturas e canais de participação. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Alínea, 2008. p. 17-19.

MARCELLINO, N. C.; STOPPA, E. A.; SILVA, D. A. M. **Proposta de continuidade do trabalho de consultoria em lazer comunitário, para a Prefeitura Municipal de Sorocaba, utilizando a estratégia Ação Comunitária**. Campinas, 2009. Relatório. Mimeografado.

REQUIXA, R. **Lazer e ação comunitária**. São Paulo: SESC, 1973.

SILVA, D. A. M.; MARCELLINO, N. C.; STOPPA, E. A. **Material instrucional da consultoria em lazer comunitário, para a Prefeitura Municipal de Sorocaba**. Campinas: 2009. CD-ROM.

STOPPA, E. A.; MARCELLINO, N. C.; SILVA, D. A. M. **Relatório da consultoria à Secretaria de Esportes da Prefeitura de Sorocaba**. São Paulo, 2009. Relatório. Mimeografado.

Artigo derivado do processo de consultoria à Secretaria de Esportes e Lazer da cidade de Sorocaba, SP.

Endereço:
Nelson Carvalho Marcellino
Rua 14 de dezembro, 428, apto. 4
Campinas SP Brasil
13015-130.
e-mail: nmarcel@unimep.br

Recebido em: 3 de setembro de 2010.
Aceito em: 7 de julho de 2011.



Motriz. Revista de Educação Física. UNESP, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1980-6574 - está licenciada sob [Creative Commons - Atribuição 3.0](http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/)